

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Usucapião e suas modalidades

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Rodrigo Marques Da Silva
Leticia Silva Arantes Cruz
Ana Clara Rodrigues Thome Costa

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

A usucapião é um instituto jurídico que permite adquirir a propriedade de um bem por meio da posse prolongada, quando determinados requisitos legais são atendidos. Existem diversas modalidades de usucapião, e elas podem variar de acordo com a legislação de cada país ou estado. No contexto do Brasil, por exemplo, o Código Civil prevê diferentes tipos de usucapião, cada qual com requisitos específicos.

De acordo com o Código Civil as modalidades de usucapião são; a usucapião extraordinária, a usucapião ordinária, a usucapião especial urbana, a usucapião Especial Rural e a Usucapião Familiar cada uma com seus próprios requisitos e prazos estabelecidos pela legislação.

Objetivo

O intuito dessa pesquisa consiste em dispor os pré-requisitos necessários para adquirir uma propriedade através do instituto jurídico usucapião.

Material e Métodos

Para realizar este estudo, foi adotada uma abordagem metodológica que envolveu revisão bibliográfica e análise jurisprudencial. A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases de dados acadêmicas e legislativas, buscando artigos, livros e legislação pertinentes ao tema. Além disso, foi realizada uma análise jurisprudencial em tribunais superiores e inferiores, examinando decisões judiciais relacionadas ao usucapião. As informações coletadas foram então sistematizadas e interpretadas à luz dos princípios legais e doutrinários aplicáveis, a fim de fornecer uma compreensão abrangente do instituto da usucapião e suas implicações legais.

Resultados e Discussão

A usucapião verifica a aquisição de um bem imóvel por posse prolongada e ininterrupta, atendendo aos requisitos do Código Civil de 2015. Além de seu propósito principal, promove estabilidade e segurança, incentivando a ocupação efetiva da propriedade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Extraordinária: posse ininterrupta por 15 anos.

Ordinária: posse ininterrupta por 10 anos, com justo título e boa-fé.

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Especial Urbana: posse ininterrupta por 5 anos em imóvel urbano de até 250m², para moradia própria.

Especial Rural: posse ininterrupta por 5 anos em imóvel rural de até 50 hectares, para exploração direta e produtiva.

Familiar: semelhante à especial rural, mas aplicável a imóveis urbanos e rurais, requerendo posse ininterrupta por 2 anos em área de até 250m² para moradia própria, sem possuir outro imóvel.

Conclusão

A aplicação do usucapião pode contribuir para a redução do número de litígios relacionados à posse de imóveis, aliviando a carga de processos nos tribunais e favorecendo uma solução extrajudicial para questões de regularização fundiária.

A usucapião no Brasil promove justiça social, regularização fundiária, desenvolvimento econômico, desafoga o judiciário e garante segurança jurídica, construindo uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.

Referência: 2022. Manual de direito civil: volume único / Flávio Tartuce. Imprenta: São Paulo, Método, 2021.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm